

Cabral entregará a Ulysses esboço de substitutivo na 2ª

Da Sucursal de Brasília

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 57, disse que o esboço de substitutivo que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deverá apresentar na próxima segunda-feira (dia 17) ao presidente do PMDB e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, deverá ser mais parlamentarista do que o atual, anistiará parcialmente os militares cassados, transferirá o Supremo Tribunal Federal em Corte Constitucional e substituirá a estabilidade no emprego pela "proibição de demissões imotivadas e garantia de emprego", proposta pelo ministro Almir Pazzianotto.



(PMDB-RS), Wilson Martins (PMDB-MS) e José Inácio (PMDB-ES), os dois últimos senadores, como Fernando Henrique. O deputado Ulysses Guimarães participou da última hora de reunião e pediu ao relator que o esboço que vai receber na segunda-feira seja o mais próximo possível de um texto constitucional definitivo. Cabral concordou em submeter o trabalho na segunda-feira a Ulysses antes de dar conhecimento às outras lideranças partidárias. Ele tinha afirmado antes que daria conhecimento a todos os líderes, em conjunto.

Bernardo Cabral e seus relatores-adjuntos discutiram, além dos temas polêmicos, um plano de trabalho para que possam terminar o esboço neste curto período de tempo. O senador Fernando Henrique Cardoso disse que está praticamente acertado que no caso da reforma agrária, o tema volta ao capítulo "Ordem Econômica" (no anteprojeto atual está na "Ordem Social") e fica definido que a imissão de posse de uma terra expropriada para fins de

reforma agrária será imediata. Caso haja o recurso à Justiça contra a expropriação, com ganho de causa para a expropriado, a União terá que pagar a indenização imediatamente em dinheiro, disse o senador.

A anistia será da seguinte forma, segundo Fernando Henrique: praças, cabos e sargentos receberão a promoção por tempo de serviço, mas passando a receber soldos na reserva, sem a reincorporação, exatamente como já houve com os oficiais.

A duração da jornada de trabalho deve ser remetida à legislação ordinária. Quanto à proposta de estabilidade no emprego, vigente no texto atual, passa a ter a forma de "garantia de emprego e proibição de demissões imotivadas", com indenizações progressivas pela dispensa de acordo com o tempo de trabalho, segundo proposta do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Ainda segundo Fernando Henrique, a proposta de Parlamentarismo como sistema de governo pode ser submetida a plebiscito.



O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, apresentará na segunda-feira o esboço de seu substitutivo

Novo partido de esquerda já se divide em 2 correntes

Das Sucursais de Brasília e do Rio

A divisão dos organizadores em "trabalhistas" e "socialistas" e a proximidade das eleições municipais deve inviabilizar a recém-lançada proposta de criação de um novo partido de esquerda. O senador Afonso Camargo (PMDB-PR), um dos articuladores do Movimento de Unidade Progressista do PMDB (MUP) e da proposta, ontem já dizia que está "cético com a implantação de um novo partido", declarando-se um "entusiasta de asa quebrada" da proposta. "A gestação do partido pode ser longa e o feto pode nascer morto", acrescenta a deputada Ana Maria Rattes (PMDB-RJ).

O senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte e um dos principais nomes que o grupo inicialmente pensava em atrair para a nova agremiação, disse que este "não é o momento adequado" para se fundar partidos. "Não esmoreci minha esperança de cumprir dentro do PMDB os meus compromissos de peemedebista", afirmou Covas. O senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Serra são duas outras das lideranças peemedebistas que não pretendem abandonar o PMDB no momento.

Apesar do clima de descrédito, os membros do grupo reuniram-se na noite de ontem com o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade (o "Joquinão"), para discutir sua possível adesão à proposta.

A divisão dos organizadores do novo partido é um dos problemas que comprometem a sua viabilidade. Ela manifestou-se já na primeira reunião para discutir a organização do novo partido, na manhã de anteontem, em Brasília. O prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga (sem partido atualmente), e a deputada Moema São Thiago (PDT-CE) defendem, juntamente com alguns peemedebistas do MUP como Domingos Leonelli (BA) e Nelson Friedrich (PR), uma opção explícita pelo socialismo. "Se a opção não for socialista, eu não saio do PDT", disse Moema.

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) e Camargo discordam e preferem que o novo partido tenha um perfil "social-democrata". "Penso num partido programático com uma proposta para o Brasil sem nenhum compromisso com ideologia", disse o ex-arenista Camargo. O senador paranaense se diz adepto do "trabalhismo" e propõe que a nova agremiação seja um "Partido Trabalhista Popular".

Coprente "socialista"

Moema San Thiago e os adeptos da corrente "socialista" criticam Camargo por, segundo eles, preferir uma "frente partidária" ao invés de um "partido ideológico". "Ele quer um partido mais elástico", diz ela.

Saturnino Braga e os membros do MUP também estudam a hipótese de aderir a um dos partidos existentes.

Em 79, a proposta do PS fracassou

A tentativa dos dissidentes do PMDB de organizar um partido "popular" com o "socialismo no horizonte" repete proposta que fracassou em no final dos anos 70. Entre 1977 e 1979, um grupo de intelectuais tentou organizar um "Partido Socialista" de tipo europeu no país. Participavam de sua articulação o então candidato ao Senado pelo MDB Fernando Henrique Cardoso, os sociólogos Francisco Weffort, José Alvaro Moisés e Francisco de Oliveira, os economistas José Serra e Paul Singer e o atual vice-governador Almino Affonso. Mário Covas e o atual ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, também compareceram a algumas reuniões. A idéia do grupo era unir o "novo sindicalismo" nascente no ABC, o grupo autêntico do MDB (Ailton Soares, Francisco Pinto, Alencar Furtado e outros) e os intelectuais da "esquerda independente". A proposta fracassou com o surgimento do PT. Uma parte aderiu ao partido e outra manteve a opção pelo PMDB, revelando duas estratégias políticas diferentes. Uma privilegiando a atuação parlamentar e outra a nos movimentos sociais.

Neste ponto, as mesmas divergências se manifestam.

Saturnino, Moema e Friedrich vêm no PSB o possível catalisador das insatisfações do grupo, caso a nova legenda fracasse. "Não vou para o PSB", disse Camargo. E admite a possibilidade de ingressar no PTB. Segundo ele, a saída do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, deste partido "deu alento" a esta opção. Outra possibilidade é a de continuar simplesmente no PMDB.

A proximidade das eleições é outro problema que dificulta a unidade dos organizadores do novo partido. O prefeito Saturnino tem pressa em ver definida a organização do partido porque pretende viabilizar a candidatura de seu vice, Jó Resende, à sucessão da Prefeitura carioca, em 1988.

Situação diversa enfrentam o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e Serra, por exemplo. Ambos devem esperar a convenção do PMDB que deverá escolher o candidato a prefeito de São Paulo pelo partido para tomar qualquer decisão. "Se os governadores quiserem impor candidatos, certamente teremos problemas", disse Serra. Depois de mostrar um calendário apertado aos vinte deputados, de doze Estados, Camargo constatou anteontem que "o pessoal não está pronto". Para cumprir os prazos da Justiça Eleitoral, a nova legenda teria de ser fundada no dia 21 de setembro.

José Richa entregará propostas ao relator

O senador José Richa (PMDB-PR), de centro (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro), líder do chamado "grupo dos moderados", entrega hoje, às 10h, no prédio do Banco do Brasil (Setor Bancário Sul de Brasília), ao relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (AM), de centro, um substitutivo com cerca de 260 artigos, resultado do trabalho de seu grupo e de um acordo em torno de seis pontos com o "grupo do consenso", liderado pelos deputados Euclides Scalco (PMDB-PR), de centro-esquerda, e Alcení Guerra (PFL-PR), de centro.

Segundo Scalco, o "grupo do consenso" e o "grupo dos moderados" chegaram a um acordo em torno de seis pontos: Comunicação, Saúde, Questão Urbana, Princípios Gerais de Ordem Econômica, Anistia e Sistema Financeiro e Tributário. Não houve acordo em torno da reforma agrária e do meio ambiente, itens que o "grupo do consenso" apresentará isoladamente como emendas na Comissão de Sistematização.

Scalco disse que, na questão da Comunicação, os dois grupos propõem a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, que determinará os critérios de concessão de emissoras de rádio e televisão.

Este conselho seria formado por representantes do Executivo, do Legislativo e da "sociedade", a serem indicados por entidades civis definidas por lei.

Na Questão Urbana, fica instituído o direito de usucapião em áreas urbanas, com a legalização da posse depois de quatro anos de ocupação do terreno. A proposta institui também o conceito de "função social da área urbana", que se destina a proibir a propriedade urbana especulativa.

Nos "Princípios Gerais da Economia", prevalece o conceito de "empresa nacional" para as empresas que tenham mais de 50% de ações em mãos de brasileiros, que sejam

dirigidas por brasileiros e tenham sede no Brasil. Mas institui também o conceito de "empresa brasileira com capital estrangeiro", para o caso das subsidiárias de multinacionais.

Anistia

A proposta de anistia é a mesma do senador José Agripino Maia (PFL-RN), de centro-direita, do "grupo do consenso", que estende a praças, cabos e sargentos os benefícios da Emenda 26, que atingiu apenas os oficiais punidos pelos atos de exceção, garantindo-lhes as promoções por tempo de serviço, o soldo como militares da reserva, sem reincorporá-los.

Texto do Judiciário fica pronto hoje

Da Reportagem Local e da Sucursal do Rio

O texto com propostas comuns para o Poder Judiciário, a ser encampado por dois dos principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte, ficará pronto hoje, mas, em princípio, não deverá definir a participação dos atuais ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no futuro Supremo Tribunal Constitucional, cuja criação foi proposta para tratar exclusivamente de temas constitucionais.

Como os cargos do STF são vitalícios e, os do novo STC, terão a duração limitada a nove anos, cria-se um impasse. Juristas e políticos estudam, entre outras, a possibilidade do Supremo Tribunal Constitucional ser composto pelos atuais ministros do STF, respeitando-se a vitaliciedade de que gozam. Só o segundo lote de ministros, a cada vaga aberta, daria início ao mandato de nove anos.

O jurista Raymundo Faoro, 62, afirmou ontem que "se esta Corte Constitucional tiver poderes para decidir conflitos entre os Poderes, será dado um passo adiante nesta rotina republicana". Já o jurista



O jurista Raymundo Faoro



O jurista Miguel Reale

Miguel Reale, 75, disse que "fizeram bem os constituintes ao manter o Supremo Tribunal Federal como expressão máxima do Poder Judiciário, mas escocimando de sua competência tudo que não seja próprio da altitude de um órgão que representa a cúpula de um dos três poderes da República". Para Tércio Sampaio Ferraz

Jr., 46, professor da Faculdade de Direito da USP, "a Corte Constitucional não pode estar ligada ao Poder Legislativo, Judiciário ou Executivo. Deve ter um pouco da representatividade do Poder Legislativo e um pouco da técnica do Judiciário, mas sem se confundir com nenhum deles".

Forças Armadas desaprovam proposta para os cassados

Da Sucursal de Brasília

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica não concordam com a proposta de anistia parcial para os militares cassados, apresentada pelo senador Agripino Maia (PFL-RN) e aprovada pelo "grupo de consenso". Para os militares, o que poderia ser dado, já o foi. A proposta prevê promoções por tempo de serviço mas não permite a reintegração à tropa nem o pagamento dos atrasados. O presidente da Federação das Associações de Defesa da Anistia, Paulo Ferro Costa, disse ontem que embora a proposta represente um avanço, ela é

injusta e, por isso, continuará a luta por anistia ampla, geral e irrestrita.

Os ministros militares, que se pronunciaram através de suas assessorias de imprensa, foram unânimes em dizer que a anistia possível já foi dada pela emenda nº 26, de 1985. Como não concordam com a proposta apresentada, os ministros militares devem continuar tentando convencer os constituintes para que nenhum novo benefício seja estendido aos cassados. A justificativa deles é que seriam concedidas vantagens a ladrões, homossexuais e outros tipos de pessoas que foram excluídas por motivos não políticos.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
49 Congresso constituinte	510
Senado	não houve sessão
Câmara dos Deputados	não houve sessão
47 Assembléia Legislativa	37
16 Câmara Municipal	17

Imprensa - O presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), José Antônio do Nascimento Brito, enviou ontem um telex ao governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), em que afirma "estranhar fatos recentes que envolvem a imprensa mineira, e tem como protagonista a pessoa do governador". Segundo o telex, "a situação preocupa, pois se trata de matéria de princípios, ao mesmo tempo em que atinge frontalmente um associado desta entidade, o jornal "O Estado de Minas", afirmando ainda que a "ANJ se recusa terminantemente a aceitar a idéia de que o dinheiro público seja usado para fins políticos".

Golbery - O clínico Emílio Mattar afirmou ontem à tarde, por telefone, que o general da reserva Golbery do Couto e Silva deixará o hospital Sírio-Libanês (centro de São Paulo) até o final desta semana. No último dia 1º, Golbery se submeteu a uma operação de "alto risco" —segundo a equipe médica que o atendeu—, visando a correção de uma angiodisplasia (formação anômala dos vasos) no intestino grosso. "Seu (do general) estado de saúde é bom agora e ele poderá sair do hospital", disse Mattar.

Sem-terras - O governador da Paraíba, Tarcísio Buriti, 48, anunciou ontem a liberação de Cz\$ 8 milhões (Cz\$ 5 milhões pelo Inbra e Cz\$ 3 milhões pelo governo do Estado) para indenizar o proprietário da Fazenda Bela Vista, no município de Esperança (141 km a noroeste de João Pessoa), que estava sendo disputada por 32 famílias de posseiros. Há três meses, a Justiça mandou despejar os posseiros, que agora poderão retornar à fazenda.

Brossard - O ministro da Justiça, Paulo Brossard, vai pedir ao governador de Goiás, Henrique Santillo, e à Polícia Federal informações sobre o assassinato do advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (GO), Wellington Carlos Valik de Lima, 26, ocorrido na última segunda-feira em Carmo do Rio Verde.

Cargos - O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que o presidente José Sarney pretende preencher nos próximos dias algumas centenas de cargos federais para livrar-se das pressões políticas e agilizar a máquina administrativa. Ontem mesmo o presidente assinou decretos nomeando Jeremias Soares de Oliveira para superintendente da Sudepe (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, ligada ao Ministério da Agricultura) e designou três novos diretores da Caixa Econômica Federal: José Carlos Mesquita Teixeira (PMDB-SE) para a diretoria de Captação, Aloysio Maria Teixeira (PMDB-RJ) para a de Administração e Joaquim dos Santos Filho (PR) para a de Recursos Humanos.